

OTP Rodovias S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263HJ-058-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13

OTP Rodovias S.A.

Relatório da Administração

OTP Rodovias S.A.

Relatório da Administração

A Administração da OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração

Em 2025, a Companhia manteve suas atividades, com foco na participação societária na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB") cuja participação até 11 de março de 2025 se dava através do OTP CRB Fundo de Investimentos em Participação ("FIP OTP CRB") que, como parte do processo de simplificação das estruturas e redução de custos foi extinto, com isso as ações da CRB passaram a ser detidas de forma direta pela OTP Rodovias.

O resultado negativo de R\$ 10,5 milhões em 2025 decorreu, principalmente, da extinção do Fundo de Investimento em Participações OTP CRB ("FIP OTP CRB"), que gerou um ganho contábil pela baixa do investimento. Esse ganho elevou a base de cálculo dos tributos sobre o lucro, resultando no reconhecimento de IRPJ e CSLL a pagar.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
OTP Rodovias S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da OTP Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OTP Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

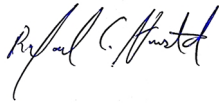
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

OTP Rodovias S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.569	48.485
Tributos a recuperar	7	12.207	6.359
Dividendos a receber	10	6.443	-
Outras contas a receber com partes relacionadas	9	38.812	-
Outros ativos		459	790
Total do ativo circulante		78.490	55.634
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	8		183.049
Partes relacionadas	9		38.767
			221.816
Investimentos	10	103.573	-
Total do ativo não circulante		103.573	221.816
Total do ativo		182.063	277.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores		289	142
Impostos, taxas e contribuições sociais	11	11.096	5.825
Outros passivos		28	41
Total do passivo circulante		11.413	6.008
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	9	197	-
Total do passivo não circulante		197	-
Patrimônio líquido			
Capital social	12	1.183.196	1.273.696
Prejuízos acumulados		(1.012.743)	(1.002.254)
Total do patrimônio líquido		170.453	271.442
Total do passivo e patrimônio líquido		182.063	277.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Despesas operacionais			
Resultado de participações societárias	10	6.766	-
Gerais e administrativas	13	(6.871)	(3.456)
Outras receitas e despesas, líquidas	13	12	272
Prejuízo operacional		(93)	(3.184)
Resultado financeiro, líquido	14	(234)	73.091
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(327)	69.907
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(10.162)	(4.398)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(10.489)	65.509
Lucro líquido (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$)	16	(0,01)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(10.489)	65.509
Total do resultado abrangente do exercício	(10.489)	65.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1o de janeiro de 2024		1.273.696	(1.067.763)	205.933
Lucro líquido do exercício			65.509	65.509
Total resultado abrangente do exercício			65.509	65.509
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.273.696	(1.002.254)	271.442
Prejuízo do exercício			(10.489)	(10.489)
Total resultado abrangente do exercício			(10.489)	(10.489)
Redução de capital	12 (a)	(90.500)		(90.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.183.196	(1.012.743)	170.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

OTP Rodovias S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(327)	69.907
Ajustes		
Resultado de participações societárias	(6.766)	-
Ajuste a valor justo	(486)	(70.648)
Baixa de ativo imobilizado e intangível		32
Depreciação e amortização		10
Total dos ajustes	(7.252)	(70.606)
Variações dos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(3.382)	16.386
Tributos a recuperar	4.331	(392)
Outros ativos		6
Fornecedores	148	(512)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(4.891)	(270)
Outros passivos	(13)	12
Total das variações	(3.807)	15.230
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.221)	(57)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(15.607)	14.474
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
coligadas	197	-
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	77.708	-
Partes Relacionadas	(38.800)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	39.105	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Alienação do ativo imobilizado		10
Redução de capital	(51.414)	-
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamento	(51.414)	10
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(27.916)	14.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.485	34.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.569	48.485
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(27.916)	14.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A OTP Rodovias S.A., [“Companhia” ou “OTP Rodovias”], com sede em São Paulo, foi constituída em 09 de dezembro de 2014, tendo por objeto social: **(i)** A exploração de concessões e investimentos em projetos no segmento de rodovias existentes ou que venham a ser licitados no Brasil, exclusivamente por meio de participação, direta ou indireta, em consórcios ou no capital de outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista; e **(ii)** A prestação de serviços de: **(a)** execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação de tráfego, conservação e limpeza, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; **(b)** operação de praças de cobrança de pedágios; **(c)** auxílio ao usuário, incluindo, mas não limitado a reboque de veículos, atendimento médico pré-hospitalar e inspeção de tráfego em rodovias; **(d)** planejamento, desenvolvimento, administração, tratamento de dados e gerenciamento de sistemas e de equipamentos de automação; **(e)** engenharia, compreendendo concepção, planejamento, elaboração de orçamentos e propostas, estudos de viabilidade, contratação, assessoria técnica, execução e gerenciamento de projetos e de obras em geral; **(f)** gerenciamento, implantação e manutenção de sinalização viária; e **(g)** gerenciamento e administração de faixas de domínio de rodovias.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP S.A. [“OTP” ou “Controladora”] e de forma indireta pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial [“Novonor”].

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 08 de abril de 2026.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(a), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.2. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis [“CPC”].

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua [“moeda funcional”]. A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Adoção inicial de novas normas e julgamentos

a) Novas normas e pronunciamentos – Vigentes

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis listados adiante foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2025.

Norma	Descrição
IAS 28/ CPC 18 (R3)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
IAS 21/ CPC 02 (R2) IFRS 1/ CPC 37 (R1)	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

b) Novas normas e pronunciamentos – Não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024) IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo International Sustainability Standard Board ("ISSB"), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
IFRS 18	O IFRS Accounting Standards, órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada "Presentation and Disclosure in Financial Statements". Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas.

a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

A Companhia determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e sua empresa controlada estão expostas: **(i)** aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e **(iii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua empresa controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody’s) e o seu respectivo Patrimônio Líquido.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Riscos de mercado / Taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros e está exposta ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Notas	2025	2024	
		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.569	-	48.485
Títulos e valores mobiliários	8	-	183.049	-
Partes relacionadas	9	38.812	-	38.767
Outros ativos		459	-	790
Total		59.840	183.049	88.042
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores		289	-	142
Partes relacionadas		197	-	-
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		28	-	41
Total		514	-	183

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$183.049 corresponde às cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em participação Multiestratégia ("FIP OTPCRB") cuja extinção ocorreu em 11 de março de 2025.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	-	16.428
Aplicações financeiras	20.569	32.057
Total	20.569	48.485

(a) Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu recursos decorrentes da amortização de cotas do FIP CRB, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. Esses recursos foram aplicados em janeiro de 2025.

Adicionalmente, como parte do Acordo para Reestruturação definitiva das dívidas do grupo OTP, no dia 27 de novembro de 2025, foram realizadas amortizações das dívidas nos montantes de R\$ 36.400 por conta e ordem da OTP e R\$ 2.400 por conta e ordem da Agrovía do Nordeste S.A. (Agrovía), com recursos advindos de dividendos recebidos da CRB.

(b) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2025, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 100% e 101% do CDI (2024 - 100% e 101% do CDI).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

	2025	2024
IRPJ estimativa (i)	6.975	281
CSLL estimativa (i)	2.519	110
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	2.301	2.655
IRRF a recuperar (ii)	286	3.200
Outros	126	113
Total	12.207	6.359

(i) Em 31 de dezembro de 2025, houve aumento de IRPJ e CSLL por estimativa decorrente da extinção do FIP OTP CRB, que resultou no reconhecimento de um ganho contábil, e consequentemente, ocasionou aumento na base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

(ii) A redução do IRRF sobre aplicações financeiras decorre diretamente do encerramento do FIP OTP CRB, que deixou de gerar rendimentos sujeitos à retenção na fonte.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 183.049 está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP OTP CRB”), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”).

A CRB era controlada integral da Companhia, sendo o controle acionário alienado em 28 de maio de 2019. A CRB iniciou as suas operações em abril de 2009, tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia procedeu a amortização parcial das cotas, no valor bruto de R\$ 19.278 (R\$ 16.386, líquido de imposto de renda), com recursos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela CRB ao longo de 2024.

Em 11 de março de 2025, ocorreu a liquidação do FIP OTP CRB, com entrega à controlada direta RTP, acionista do fundo, de ativos integrantes de sua carteira como forma de pagamento de resgate de cotas, transferindo todos os direitos e obrigações relativas aos ativos para a cotista do fundo. Desta forma, a Companhia passou a reconhecer como investimento direto a participação de 15% detida na CRB, conforme Nota Explicativa nº 10.

	Impactos da extinção do FIP 31/12/2025
Baixa FIP	(147.085)
Participação societária em coligadas - CRB	165.267
Juros sobre capital próprio a receber	15.690
IRRF a recuperar	5.960
Ganho apurado - Outras receitas financeiras	(39.832)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Empresa relacionada	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado do exercício
	Outras contas a receber com parte relacionadas	Dividendos	Partes relacionadas (*)	Fornecedores	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transações
Novonor S.A. – Em recuperação judicial (a)	12	-	-	-	-	-
Concessionária Roda das Bandeiras (“CRB”)	-	6.443	-	-	-	-
OTP S.A. (b) (c)	35.971	-	-	-	197	-
Agne (c)	2.435	-	-	-	-	-
Odebrecht Ambiental (a)	394	-	-	-	-	-
CNO S.A. – Em recuperação judicial (“CNO”) (a)	-	-	-	-	-	[98]
OECI S.A. – Em recuperação judicial (“OECI”) (a)	-	-	-	-	-	[68]
Saldos em 31 de dezembro de 2025	38.812	6.443	-	-	197	(166)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	318	-	38.767	18	-	(246)

(a) Os saldos de outros ativos e Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.

(b) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, com as amortizações das dívidas efetuadas por conta e ordem da OTP e Agrovía, foi constituído um Contas a Receber com essas empresas.

(c) Envio de remessas por conta e ordem à OTP S.A. e Agrovía para liquidação parcial de suas respectivas dívidas com instituições financeiras.

(*) Os valores apresentados em Partes relacionadas, no Ativo não circulante, referem-se a operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação da CRC, CBN e CRA, para a OTP, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa no 12, o montante de R\$ 38.767 foi liquidado, mediante redução de capital, aprovado em assembleia realizada no dia 26 de dezembro de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

	2025			
	Quantidade de ações integralizadas	Participação direta (5)	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Concessionária Rota das Bandeiras	83.519.858	15,00	690.488	45.107

a) Mapa de movimentação dos investimentos:

	Adições	Dividendos a receber/ JCP a receber	Equivalência patrimonial	Saldo no final
				do exercício
Concessionária Rota das Bandeiras	165.267	(68.460)	6.766	103.573
Saldos em 31 de dezembro de 2025	165.267	(68.460)	6.766	103.573

Em 11 de março de 2025, ocorreu a liquidação do FIP OTP CRB, com entrega à controlada direta RTP, acionista do fundo, de ativos integrantes de sua carteira como forma de pagamento de resgate de cotas, transferindo todos os direitos e obrigações relativas aos ativos para a cotista do fundo. Desta forma, a Companhia passou a reconhecer como investimento direto a participação de 15% detida na CRB.

Em 22 de abril de 2025, foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos aos acionistas da CRB, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 22.000. Sendo destinado a Companhia o valor de R\$ 3.300, correspondente a sua participação de 15%, os quais foram recebidos em 05 de maio de 2025.

Em 05 de maio de 2025 e 20 de outubro de 2025, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 15.090 e R\$ 4.700, respectivamente, a título de Juros sobre o capital próprio da investida CRB.

Em 20 de outubro de 2025, 22 de dezembro de 2025 e 29 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu os montantes de R\$ 34.000, R\$ 15.000 e R\$ 5.500, respectivamente, a título de dividendos da investida CRB.

11. Impostos, taxas e contribuições sociais

	2025	2024
IRPJ a recolher (i)	7.466	3.227
CSLL a recolher (i)	2.696	1.170
PIS e Cofins a recolher	464	925
ISS a recolher	310	310
Outros	160	193
Total	11.096	5.825

(i) A extinção do FIP OTP CRB resultou no reconhecimento de um ganho contábil, o que elevou a base de cálculo do IRPJ e da CSLL e gerou a constituição de tributos a pagar.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Acionista	Saldo		Nº de ações ordinárias	
	2025	2024	2025	2024
OTPA S.A.	1.183.196	1.273.696	1.182.195.539	1.273.695.539

Em assembleia realizada em 26 de dezembro de 2024, foi aprovada uma redução do seu capital social da Companhia, no valor de R\$ 71.000, mediante a entrega dos seguintes recursos à OTP: (i) R\$ 31.914 em moeda corrente nacional; (ii) R\$ 38.768 em quitação de saldo residual do contrato de mútuo celebrado em 03 de novembro de 2021; (iii) R\$ 291 mediante cessão de créditos contra a CNO S.A. – Em Recuperação Judicial; e (iv) R\$ 27 mediante cessão de créditos que a Companhia possui contra a OECI S.A. – Em Recuperação Judicial. A redução foi efetivada em 28 de fevereiro de 2025.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em assembleia realizada em 18 de março de 2025, foi aprovada redução do seu capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.500, mediante recebimento moeda corrente nacional.

Em assembleia realizada em 29 de julho de 2025, foi aprovada redução do seu capital social da Companhia, no valor de R\$ 17.000, mediante recebimento moeda corrente nacional.

b) Destinação do resultado do exercício

Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, o prejuízo apurado no exercício foi incorporado à conta de Prejuízos acumulados.

13. Gastos por natureza

	2025	2024
Classificadas por natureza		
Depreciação e amortização		(10)
Gastos com pessoal	(1)	(480)
Serviços de terceiros	(6.870)	(2.966)
Outras receitas e despesas, líquida	12	272
Total	(6.859)	(3.184)
Classificadas por função		
Gerais e administrativas	(6.871)	(3.456)
Outras receitas e despesas, líquidas	12	272
Total	(6.859)	(3.184)

14. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Ajuste de valor justo (a)	486	70.648
Receitas com juros	2.310	3.573
Variações monetárias	43	52
Total	2.839	74.273
Despesas financeiras		
Tributos sobre receita financeira	(2.939)	(1.065)
Despesas com juros	(134)	(118)
Outros	-	1
Total	(3.073)	(1.182)
Resultado financeiros, líquido	(234)	73.091

(a) Em 2024, efeitos decorrentes da variação de cotas do FIP OTP CRB, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

15. Imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
IRPJ corrente	(7.466)	(3.227)
CSLL corrente	(2.696)	(1.171)
Total	(10.162)	(4.398)

A extinção do FIP OTP CRB resultou no reconhecimento de um ganho contábil, o que elevou a base de cálculo do IRPJ e da CSLL e gerou a constituição de tributos a pagar.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da sociedade	(10.489)	65.509
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.207.975	1.273.696
Lucro (prejuízo) por ação (em reais)	(0,01)	0,05

* * *